



**ACÓRDÃO Nº418/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11467/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Arlindo Soares Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1778/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barcelos. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barcelos, referente ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Arlindo Soares Filho**, conforme o art. 22, inciso III, "b", c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/1996, considerando as ocorrências das irregularidades constantes nos itens 11-12; 19-21; 25-27; 28-31; 38-40, do Relatório/Voto;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Arlindo Soares Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, exercício de 2018, no valor de **R\$14.000,00** (quatorze mil reais), com fulcro no artigo 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 204/2020 c/c art. 308, VI, Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face do disposto nos itens 19-21; 25-27; 28-31; 38-40, do Relatório/Voto. O valor deverá ser recolhido **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM),



**ACÓRDÃO Nº418/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Arlindo Soares Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, exercício de 2018, no valor de **R\$7.672,21** (sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e vinte e um centavos), com fulcro no artigo 54, I, "a", da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 204/2020 c/c art. 308, II, Resolução nº 04/2002 TCE/AM, referente a sete meses (R\$ 1.096,03 por mês) de atraso no envio dos documentos contábeis e balancetes mensais, conforme itens 11-12, do Relatório/Voto. O valor deverá ser recolhido **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Determinar** à Câmara Municipal de Barcelos:

- 10.4.1.** Art. 15, §1º da Lei Complementar nº 06/1991, com redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e a Resolução nº 07/2002-TCE
- 10.4.2.** Art. 48, §1º, II e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000;
- 10.4.3.** Art. 8º da Lei 12.527/2011;
- 10.4.4.** Art. 29-A, §1º, da Constituição Federal;
- 10.4.5.** Art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/1964;
- 10.4.6.** Art. 26, da Lei nº 8.666/1993;
- 10.4.7.** Art. 1º, II da Resolução nº 13/2015;
- 10.4.8.** Que cumpra o art. 54 e art. 63, da LRF.

**10.5. Determinar** à SECEX que acrescente no Plano de Auditoria as matérias trazidas como determinação à origem, para no caso de reincidência aplicar-se o disposto no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, IV, "b", da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, assim como, que proceda um controle sobre a efetividade e economicidade das concessões de diárias;

**10.6. Notificar** o **Sr. Arlindo Soares Filho** com cópia do Relatório/Voto e Acórdão correspondente para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.



**ACÓRDÃO Nº418/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Abril de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral